

Dia Mundial do Ambiente – o papel da Diplomacia

Jorge Cardoso Gonçalves

Presidente da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos

O Dia Mundial do Ambiente foi instituído há mais de 50 anos, pela Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Conferência de Estocolmo, que foi um importante marco internacional para os desafios ambientais.

Este dia convoca a sociedade civil, os decisores, as empresas e as instituições para a ação em prol do ambiente. Com bom senso, com responsabilidade e com sentido de missão, as Organizações Não Governamentais (ONG) devem contribuir para a sensibilização dos cidadãos, para a mobilização dos decisores e para o desenho de políticas públicas integradas, que conduzam ao uso sustentável dos recursos.

No atual contexto de exigência e de adaptação climática, é urgente assegurar a proteção do ambiente, garantindo que a satisfação das necessidades dos cidadãos e a procura da qualidade de vida não afetam a continuidade dos recursos e a estabilidade dos ecossistemas.

O crescimento da população provoca um inevitável aumento do consumo. A forma como vivemos e ocupamos o território, muitas vezes com padrões de consumo intensivo de recursos (e conseqüente geração de resíduos), poderá ser repensada em dois planos: as oportunidades globais de mudança (p.ex.: governança dos países, regiões e cidades) e as nossas escolhas individuais.

Como contributos para a sustentabilidade global, realço os modelos que assentam numa lógica de economia circular, com uma visão holística e equilibrada da ocupação do território, da preservação dos recursos e da gestão integrada dos serviços públicos e das infraestruturas que os suportam.

Como estratégias mais específicas, saliento o incentivo à eficiência dos diferentes setores, o encurtamento das cadeias de abastecimento, o envolvimento dos produtores no tratamento dos

produtos e subprodutos gerados na sua atividade, e a aposta na reciclagem, na reutilização e na redução de consumos.

Num futuro que se avista carregado de incerteza e repleto de desafios, a “diplomacia ambiental” introduzida na Conferência de Estocolmo, há mais de 50 anos, assume particular relevância e atualidade. A APRH – Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, uma das mais emblemáticas ONG(A) – Organizações Não Governamentais (de Ambiente) portuguesas, tem vindo a trabalhar na “diplomacia para a água”.

A “diplomacia para a água” inclui um conjunto de ações relacionadas com a cooperação internacional na área dos recursos hídricos, em particular entre os países da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com os quais se pretende criar pontes e contribuir para uma agenda comum de discussão das ameaças, dos desafios e das oportunidades globais.

Esta “comunidade da água” da CPLP poderá trabalhar numa estratégia comum de “diplomacia para a água”, que vá para além dos eventos pontuais relacionados com recursos hídricos que se têm realizado, fomentando a constituição das Associações de Recursos Hídricos da CPLP em países onde essas estruturas não existem ou ainda não têm uma organização formal.

As ONG desempenham um papel fundamental na “diplomacia ambiental” e na “advocacia para a água”, contribuindo para a mobilização dos decisores para questões críticas como o desenho de políticas públicas para a gestão resiliente dos recursos hídricos e a cooperação internacional para o cumprimento dos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS6 – Água potável e saneamento.

Não existe “planeta B”. Vamos estar do lado certo da história, protegendo esta que é a “casa comum” das gerações passadas, presentes e futuras.

Lisboa – 05/06/2024